

Como recuperar o atraso?

Discriminação Positiva - Ações Afirmativas: em busca da igualdade.

LIGOCKI, Malô Simões e LIBARDONI, Marlene (org.).

São Paulo: CFEMEA/ELAS, 1996.

A organização social de gênero com primazia masculina e, por conseguinte, com inferiorização das mulheres, data de aproximadamente seis milênios. Embora a dominação dos homens tenha variado de grau e forma no espaço e no tempo, subsiste nos dias atuais. Até a década de 1960 os papéis que a sociedade atribuía a homens e mulheres eram opostos e apresentavam pouca flexibilidade. Com o nascimento do feminismo contemporâneo no segundo lustro do decênio mencionado, muitas mulheres passaram a encarar a vida com mais agressividade e, portanto, a competir mais bravamente por funções até então consideradas exclusivamente masculinas. Assim, a partir da década de 1970, o mercado de trabalho de muitos países ocidentais passou a receber contingentes femininos crescentemente mais numerosos. Feministas reivindicavam/reivindicam ações afirmativas (ou ações positivas), ou seja, políticas públicas que permitissem/permitam às mulheres penetrar em certos campos de atividades e ganhar terreno em várias dimensões da vida num ritmo mais elevado do que aquele que vinha ocorrendo.

Desta forma, os Estados Unidos têm uma prática de ações afirmativas de cerca de três décadas. Elas permitiram a mulheres, negros e hispanos ter acesso a universidades, quer como estudantes, quer como docentes, a postos de trabalho mais bem remunerados e mais bem conceituados, ao campo da elegibilidade de facto para cargos legislativos e executivos etc..

No Brasil, o PT estabeleceu 30% como cota

de participação de mulheres em seus cargos diretivos. A deputada federal Marta Suplicy conseguiu fazer aprovar um projeto de lei estabelecendo cota de 20% de candidaturas femininas nas últimas eleições municipais. É verdade que a deputada propôs 30% e só se conseguiu aprovar 20% e também é verdade que sua proposta previa o cálculo por dentro, tendo acabado prevalecendo o cálculo por fora. Isto é, a deputada propôs que as mulheres representassem 20% do total de candidatos, tendo funcionado, entretanto, o cálculo por fora: as mulheres representaram 20% dos candidatos masculinos. Isto significa uma perda de 2,5%, tendo as mulheres comparecido com 17,5% das candidaturas às eleições municipais de 1996. Desta sorte, os 30% iniciais ficaram reduzidos a pouco mais de a metade. Mesmo assim, o país experimentou um avanço notável no número de vereadoras e prefeitas.

O livro *Discriminação Positiva - Ações Afirmativas: em busca da igualdade*, publicado por CFEMEA/ELAS em 1996, constitui texto básico para os que se interessam por conhecer dispositivos legais que, existentes em vários países europeus, têm auxiliado mulheres a galgar posições mais valorizadas. Efetivamente, o artigo de Paola Cappellin, além de explicar conceitos, apresenta apreciável levantamento de medidas públicas no sentido de facilitar para as mulheres a transposição de barreiras sociais na reformulação da atual organização social de gênero em direção a menor desigualdade em relação aos homens.

Malô Simões Lopes Ligocki fez importante estudo comparado da legislação laboral de diversos países das Américas, da Europa e até do Oriente. A igualdade de oportunidades é examinada através de muitos programas. Trata-se, pois, de texto útil não apenas para quem deseja conhecer este fenômeno, mas também para os que têm intenção de intervir na realidade social brasileira.

Roberto Bocaccio Piscitelli escrutina projetos de lei da Deputada Rita Camata e, como

economista, aprecia o impacto econômico-financeiro dos incentivos fiscais que estabelecem. Vale a pena conhecer este impacto, assim como saber como trabalha o legislativo.

Cristina Bruschini, mais uma vez, ilumina com tabelas e análises a compreensão dos movimentos das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, na década de 1980, comparando duas regiões: Nordeste e Sudeste.

O livro contém, ainda, pronunciamentos de participantes do Seminário A Mulher no Mun-

do do Trabalho: em busca da igualdade, realizado em Brasília, em 1996.

Trata-se de leitura agradável e de uma referência para consultas, que poderão resultar em transformações positivas não apenas para mulheres, como também para outras categorias igualmente subalternizadas.

HELEIETH I. B. SAFFIOTI ■

Um enfoque inovador

O Salário da Liberdade: profissão e maternidade, negociações para uma igualdade na diferença.

ARDAILLON, Danielle.

São Paulo: Annablume, 1997.

O livro de Danielle Ardillon é um bom exemplo para aqueles que estão dando seus primeiros passos no caminho da pesquisa, no sentido de aprender como se faz. O livro reproduz tal qual sua dissertação de mestrado. A escrita na primeira pessoa, marcada por um tom pessoal - incomum na literatura acadêmica - é o estilo próprio da autora, que mantém um diálogo constante com a bibliografia que utiliza, com as suas entrevistadas e com o leitor.

Organizado em cinco capítulos, o primeiro explica as razões da pesquisa, contextualizando a elaboração das hipóteses a partir do processo de mudanças estruturais na posição das mulheres na sociedade brasileira, que se revelaram tanto no crescimento da taxa de participação da mulher no mercado de trabalho como nas transformações ocorridas no campo da reprodução, por exemplo a drástica queda da taxa de fecundidade. Essas mudanças despertaram na autora o interesse em verificar se também as tradicionais divisões sexuais das tarefas no ambiente doméstico teriam sido afetadas, uma vez que o salário feminino, muitas vezes, não é considerado fundamental para o orçamento do-

méstico e grande parte das tarefas domésticas acabam sendo delegadas a outras mulheres.

Sua pesquisa privilegia as mulheres de classe média, que trabalham fora de casa e com pelo menos um filho. Justifica a escolha deste segmento social pelo "discurso moderno" que reivindica dessas mulheres eficiência e sucesso, tanto no mercado de trabalho como na vida pessoal e familiar, colocando como desafio a conciliação do trabalho, do desejo de ser independente, com as exigências de constituir família, educar filhos, e o compromisso de construção de uma vida em comum com o parceiro.

Entre as dezesseis entrevistadas, há quatro mulheres negras. Cuidado que valoriza sua pesquisa, especialmente pela ausência de estudos que focalizem mulheres negras de camadas médias e com nível de escolaridade superior.

No segundo capítulo, as entrevistadas falam sobre suas relações com o trabalho e aqui surgem as primeiras pistas que levam o leitor a compreender o título do livro. O trabalho é visto por essas mulheres como "essencial" para o seu desenvolvimento pessoal, também para a relação conjugal e para a renda familiar, mas é principalmente valorizado por ser distinto do trabalho doméstico. O salário ganho pode não ser suficiente para garantir a independência financeira, mas ele é a ponte que poderia estabelecer a igualdade entre homens e mulheres; afinal, se ambos ganham, ambos deveriam dividir as atribuições domésticas. O dinheiro permite a individualização, ao tornar a pessoa responsável por si mesma; no caso destas mulheres, abre espaço para questionamentos em torno da lógica que estrutura as relações entre os casais, o que não necessariamente significa mudanças